

A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o PCB, os trabalhadores e a construção de um caminho alternativo

The transition to democracy in Brazil (1943-1946): the PCB, the workers and the construction of an alternative path

Resenha: RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **A transição para a democracia no Brasil (1943-1946)** - o PCB e a construção de um caminho alternativo. São Paulo: Alameda, 2023.

Palavras-chave: democratização; PCB; trabalhadores.

Keywords: democratization; PCB; workers.

Edinaldo Antonio Oliveira Souza*

POUCO MAIS de três décadas desde o processo de democratização que deu origem à Nova República, o Brasil enfrentou uma grave crise na sua jovem democracia. A ascensão da extrema direita, internamente e no plano internacional, com um projeto político conservador e autoritário, reatualiza a necessidade da abordagem histórica sobre a democracia e os processos de democratização. O livro de David Ricardo Ribeiro, resultado da tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 2022, representa mais uma contribuição para o estudo dessa temática, tendo como locus de análise a transição para a democracia entre o final do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946.

O livro parte do entendimento de que a desintegração da ditadura estadonovista e a transição para a democracia tanto sofreram a influência do contexto internacional marcado pela contraposição democracia *versus* fascismo quanto foram diretamente afetadas pela 'crise de hegemonia' que resultou na Revolução de 1930 e em inúmeras

* Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: edyaosouza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0849-3981>.

crises políticas durante o governo Vargas, “até aquele momento, não superada” (p. 15/16).

Como o próprio autor anuncia na introdução do livro, diferente da abordagem prevalecente nas obras de Ciência Política, área responsável pela maior parte dos estudos sobre a democratização, o presente estudo não se restringe ao exame das negociações e escolhas estratégicas realizadas pelos atores políticos diretamente vinculados ao processo eleitoral e ao quadro institucional em momentos como a Assembleia Constituinte ou durante a estruturação de um novo sistema partidário (p. 12/13).

Ao invés disso, ele procura analisar a formação do regime democrático “a partir do conflito vigente no âmbito da sociedade civil”, envolvendo “outras modalidades de participação política e social”, dos sujeitos “sub-representados nas instituições que compõem a democracia”, como greves, manifestações públicas e lutas comunitárias (p. 13). Desse modo, deixa de tratar o conceito de democracia como natural e atemporal para contextualizá-lo como construção histórica (p. 22).

Segundo Ribeiro, a crise de hegemonia que marcou o fim da República Oligárquica resultou no estabelecimento de um “Estado de Compromisso” (FAUSTO, 1976) durante o governo Vargas, composto por diferentes frações da burguesia e por setores das oligarquias agrárias. Esse “bloco no poder” estabeleceu uma série de restrições à atividade política no âmbito da sociedade civil durante o período ditatorial, com o intuito de limitar a autonomia dos trabalhadores e excluí-los das principais esferas decisórias (p. 20/21). Assim sendo, a transição para a democracia passou a ser vista pelos trabalhadores urbanos como uma oportunidade de romper com essas barreiras e garantir o seu ingresso na cena política.

A tese defendida na obra é de que, no final de 1945, estavam em jogo “três caminhos” para a realização da democratização, “calcados em diferentes concepções de democracia e visando efetivar projetos distintos de nação” (p. 35). Nessa perspectiva, o PCB e os trabalhadores urbanos representavam “a construção de um caminho alternativo” aos projetos conduzidos por Getúlio Vargas e pelas oposições liberais.

Essa linha de abordagem diverge da interpretação de Weffort (1973), Souza (1976) e Vianna (1976) que, influenciados pela teoria do populismo, identificaram apenas dois projetos em disputa e apontaram para uma relação de submissão ou cumplicidade do PCB e dos trabalhadores urbanos perante os interesses de Getúlio. Em contrapartida, se aproxima de alguns estudos que reconhecem a presença dos trabalhadores urbanos e suas lutas no contexto da democratização (MARANHÃO, 1979; ALÉM, 1981) e/ou que identificaram iniciativas autônomas dos comunistas e dos trabalhadores na relação com Getúlio Vargas (GOMES, 1988; COSTA, 1995; CALIL, 2001; MACEDO, 2013).

Para Ribeiro, o embate entre as diferentes forças políticas naquela conjuntura não se reduzia à divergência sobre a legitimidade de Vargas para conduzir a transição para a democracia. No centro da disputa estava um conjunto de outros conflitos anteriores, como a

definição do papel do Estado na economia, a reforma agrária, a autonomia dos estados na relação com a Federação, a regulamentação da relação capital *versus* trabalho e a estrutura sindical. Esses fatores influenciavam “as expectativas das diferentes forças políticas em relação à implantação da democracia” (p. 18).

Contudo, os fatores que mais impactaram os conflitos naquela conjuntura política foram “as antigas reivindicações dos trabalhadores pela ampliação da liberdade para o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil e por sua inserção na cena política”. O receio diante dessas demandas colocadas desde o processo que resultou na Revolução de 1930 “incidiu nos projetos e decisões das elites nacionais durante a democratização e, por extensão, sobre a democracia estabelecida ao final desse processo” (p. 18/19).

O autor lembra que naquele contexto o modelo de democracia liberal ainda não havia se tornado hegemônico no Ocidente, e que no Brasil havia “diferentes concepções e expectativas em relação ao regime democrático que devia ser instaurado” (p. 21). Isso gerava disputas entre as diferentes forças políticas pelo controle da transição e quanto à delimitação da amplitude da democratização, ou seja, quanto à extensão dos direitos econômicos, sociais e políticos a serem efetivados. Porém, se havia discordância entre o projeto conduzido por Getúlio e o liberal da UDN em torno de questões como a definição do papel do Estado na economia, a autonomia dos estados na relação com a Federação e a regulamentação da relação capital *versus* trabalho, eles convergiam quanto à necessidade de controlar e delimitar a participação dos trabalhadores na democracia e na cidadania.

Ribeiro considera o exame da atuação do PCB como fundamental para desconstruir a interpretação de que os trabalhadores estiveram alheios à democratização, “a julgar pelo papel que o partido atribuía a eles na transição para a democracia e pela capacidade que tinha de mobilizá-los” (p. 37). Ele reconhece a autonomia e a relevância pecebista no decorrer daquele processo, mas não vê o partido como protagonista do conflito pelo controle da democratização, sobretudo no período em que Vargas esteve à frente da transição.

Ao mesmo tempo, ele procura não tratar os pecebistas e os trabalhadores urbanos como sinônimos ou incorrer na equivocada interpretação de que os trabalhadores se submeteram acriticamente aos direcionamentos do partido e que o PCB possuía hegemonia na representação dessa classe. Ao invés disso, pretende examinar as formas de vinculação dos trabalhadores urbanos ao projeto de democratização e à concepção de democracia pecebistas e como eles se portavam diante da linha de atuação política recomendada pelo partido. Além de avaliar o impacto da atuação desse setor da sociedade sobre as estratégias políticas dos comunistas (p. 37).

Partindo dessa perspectiva, o autor identifica três fases do processo de transição para a democracia. A primeira fase tem como marco inicial a divulgação do Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943, pois “reivindicou diretamente e deu origem a uma mobilização pela

instauração do regime democrático” (p. 39). Esse momento marca o surgimento do conflito pelo controle da transição. Já a segunda fase se inicia com a regulamentação das eleições para a Presidência da República e para o Congresso Nacional no início de 1945. Nesse período, o processo de transição esteve sob o controle de Getúlio Vargas.

O golpe de estado que depôs o presidente marca a passagem da segunda para a terceira fase da transição para a democracia, com a transferência do controle do processo das mãos de Vargas para as forças conservadoras. Diante do crescente envolvimento dos trabalhadores com a democratização, “o processo se tornou ainda mais coercitivo” (p. 39). Somente depois da promulgação da nova Constituição e do conturbado encerramento do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em setembro de 1946, a transição para a democracia estava concluída. A partir desse momento, o conflito entre as diferentes forças políticas deixa de girar em torno da constituição da “verdadeira democracia” para o que entendiam por “defesa da democracia” (p. 40).

Porém, Ribeiro estende sua análise até meados de 1947, momento da cassação do PCB pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) pelo governo do general Dutra, dois importantes canais de representação dos interesses políticos dos trabalhadores urbanos. Essas medidas “estabelecem os limites regulamentares do desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil e o ingresso dos trabalhadores na cena política nacional” (p. 40).

Com base nessa cronologia, a obra foi organizada em quatro partes. Na primeira, o autor aborda a conjuntura do início da transição para a democracia, período marcado pelo amplo controle de Getúlio Vargas, com o objetivo de avaliar as possibilidades de participação do PCB como uma força política autônoma no conflito que pautou esse processo. Essa parte do livro está subdividida em dois capítulos. O primeiro examina as diretrizes que compunham a linha de atuação política dos pecebistas e sua vinculação à campanha de União Nacional. Já o segundo capítulo procura identificar os objetivos atrelados pelos comunistas à formação do regime democrático, a concepção de democracia vigente entre eles e a amplitude da democratização que eles almejavam, buscando distingui-los daqueles estipulados por Vargas e pelos liberais articulados na UDN.

A segunda parte do livro procura comprovar a existência de três (e não apenas dois) caminhos possíveis ao processo de transição para a democracia. Essa parte também está subdividida em dois capítulos. O terceiro capítulo examina o projeto de democratização formulado pelo PCB, os argumentos mobilizados para justificá-lo e a atividade política desenvolvida a fim de efetivá-lo. Analisa a relação estabelecida pelo partido entre a democracia e o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, notadamente nos sindicatos e locais de moradia. O capítulo aborda mais detidamente a relação que os pecebistas estabeleceram com os trabalhadores urbanos e a função que lhes atribuíam na democratização.

O quarto capítulo segue analisando a atividade política desenvolvida pelo PCB para a viabilização do seu projeto de democratização, destacando o seu envolvimento com o queremismo. Ao mesmo tempo, examina a pressão exercida pelos trabalhadores urbanos visando sua inserção nos processos de decisão dos rumos da democratização e como eles se apropriam dos projetos pecebistas. Procura avaliar, ainda, como a crescente adesão dos trabalhadores ao projeto pecebista ajuda a explicar o golpe de 1945.

A terceira e última parte do livro aborda os desdobramentos da democratização após a queda de Vargas e a ascensão de Dutra à Presidência, demonstrando que esses acontecimentos não marcaram o fim do conflito em torno da formação da democracia, mas a passagem do controle desse processo às mãos das forças conservadoras. Com este fim, examina as disputas, dentro e fora dos espaços institucionais, que pautaram a regulamentação e delimitação da atividade política no âmbito da sociedade civil, envolvendo, sobretudo, a questão sindical e de livre associação política. Esta última parte também está subdividida em dois capítulos.

O quinto capítulo aborda a onda grevista ocorrida durante o governo provisório de José Linhares, examinando a maneira como o PCB se portou diante dela. Esse é considerado “o momento em que os trabalhadores se envolveram de maneira mais autônoma” com o processo de democratização, ao mesmo tempo em que marcou o alinhamento da burguesia industrial com as forças conservadoras. O autor procura examinar o que essas greves revelam sobre a participação dos trabalhadores no processo de democratização e o impacto que exerceram nos trabalhos da Assembleia Constituinte.

O sexto capítulo aborda as iniciativas dos trabalhadores urbanos e dos comunistas pela extinção dos resquícios da ditadura e para garantir a ampliação dos limites de atuação política no âmbito da sociedade civil, após a derrota sofrida na Assembleia Constituinte. Ao mesmo tempo, evidencia a atuação coercitiva das forças conservadoras, personificadas no governo Dutra, que estavam no controle da democratização. Essa abordagem possibilita uma análise da democracia efetivada, a partir da sua existência concreta, e a desconstrução da leitura de que o golpe de estado representou a vitória de um pacto liberal.

Por fim, o autor conclui que a transição para a democracia “foi realizada via coerção do envolvimento dos trabalhadores com aquele processo e com as demais questões políticas nacionais”. Consequentemente, a democracia daí constituída “se tornou em um eficaz instrumento de dominação de classe e de preservação da ordem almejada pelas forças conservadoras” (p. 409).

Embora o livro apresente uma boa sistematização da tese do “terceiro caminho para a redemocratização”, em linhas gerais, o tratamento dessa problemática não representa nenhuma novidade, pois está presente em boa parte da recente bibliografia sobre a história social do trabalho e em pesquisas sobre o PCB. Inclusive, as fontes utilizadas pelo autor

têm sido bastante visitadas por essa historiografia: fontes do PCB, a grande imprensa, documentos oficiais e a produção bibliográfica. Os espaços de atuação política dos trabalhadores urbanos também são os mesmos frequentemente visitados nesses estudos: o quererismo, a militância pecebista e o movimento sindical.

Contudo, o estudo apresenta pouca interlocução com essa recente historiografia. Nem sequer menciona pesquisas importantes sobre o contexto em questão, como French (1995), Silva (1995), Leal (2011) e Duarte (1999), e ignora a produção fora do estado de São Paulo, a exemplo de Fortes (1999), Souza (2015) e outros. Convém ressaltar, ainda, a ausência de uma crítica à historiografia do “trabalhismo” (GOMES, 1998; FERREIRA, 1997) que, ao supervalorizar o papel do Estado e do getulismo, acaba por minimizar o papel do PCB e a ação dos trabalhadores naquele período, cumprindo papel semelhante ao do “populismo” weffortiano.

Apesar disso, o livro representa mais uma importante contribuição para essa historiografia, sobretudo por assumir como problemática central a construção de um projeto alternativo de democracia pelo PCB e pelos trabalhadores urbanos, que estava em disputa com os projetos da oposição liberal e o conservador conduzido por Getúlio, além de examinar as iniciativas mobilizadas pela sua realização e os desdobramentos na efetivação da democracia.

Recebido: 29/03/2024

Aprovado: 16/04/2024